



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**RESOLUÇÃO Nº 5.717**

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma do disposto no Parágrafo Único do Art. 46 do Regimento Interno,

**Considerando** proposição apresentada pelo Conselheiro Presidente na sessão desta data, aprovada por votação unânime, nos termos da ata da sessão,

**R E S O L V E:**

I - Os atos referentes à contratação de serviços e convênios com prazo de vigência já encerrado, serão juntados à respectiva prestação de contas, para análise conjunta, independentemente de manifestação do Plenário ou despacho da Presidência, cabendo ao Auditor destacar as irregularidades ou ilegalidades acaso constatadas ao elaborar seu relatório conclusivo.

II - Os processos a que refere o item anterior que estejam em tramitação no Tribunal, inclusive os que se encontram no Ministério Público ou já distribuídos a Conselheiro Relator, deverão ser encaminhados, diretamente, ao Departamento de Controle Externo.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 08 de outubro de 1998.

Conselheiro Laércio Dias Franco  
Presidente